

da derrota sofrida pela França na guerra contra a Alemanha e sobretudo, o sentimento de desintegração dos laços sociais provocado pelo enfraquecimento dos princípios que cimentavam a homogeneidade da sociedade tradicional. Esses entram em contradição com a nova face apresentada pela ordem burguesa, caracterizada, entre outros, pelos seguintes fatores: a) substituição do capitalismo fabril pelo financeiro monopolista; b) progressos técnicos revolucionários; c) intensificação da especialização da divisão do trabalho; d) complexificação da sociedade industrial.

Essa época é ainda o período da desmedida e absoluta crença no progresso e na evolução da sociedade industrial, ancorada numa visão orgânico-evolucionista de mundo na qual o progresso era concebido como fator de melhoria das condições materiais e morais da sociedade.

A partir da análise da profundidade do contraste das duas ordens acima mencionadas, se desenvolverá a sociologia francesa, usufruindo de grande prestígio nos meios intelectuais, na medida em que, conforme retrata o relatório de Henri Hauser de 1903, citado por Cuin e Gresle (1996), “As Ciências Sociais estão terrivelmente na moda [...] É o suprasumo de todas as reuniões mundanas, de todos os discursos, de todos os jornais, e ninguém é inteligente se não for sociólogo” (p.99/100). O ensino superior na França provoca nesse momento grande interesse e preocupação, gozando a universidade de grande prestígio, o que possibilita um forte estímulo ao ensino e à pesquisa, sobretudo na área social.

A obsessão em distinguir a Sociologia das demais Ciências Sociais fará com que Durkheim persiga obstinadamente um objetivo: a delimitação do seu objeto, a fim de conhecer o funcionamento dos mecanismos sociais com o propósito de intervir racionalmente na sociedade. Como as três últimas décadas do século XIX foram de mudanças profundas que marcaram a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna,

foi justamente sobre esse momento, que o sociólogo francês se debruçou, na tentativa de analisar as fontes dos conflitos que caracterizam esse período de transição.

De acordo com o horizonte intelectual de sua época, acreditava Durkheim no aperfeiçoamento moral da humanidade, o que pressupunha conceber as transformações econômicas como insuficientes para regenerar os laços sociais esgarçados pelos conflitos característicos de uma sociedade em transição. Por partilhar de uma visão evolucionista da sociedade, Durkheim enxergou os conflitos de sua época como transitórios e não estruturais, vendo-os como o efeito passageiro de uma ruptura que prenunciava uma nova moral, onde os indivíduos seriam levados a aceitar as funções que lhes coubessem na hierarquia social. Tal crença no caráter transitório e não estrutural dos conflitos traduz com clareza sua concepção orgânico-evolucionista de sociedade.

É ilustrativo a esse respeito o que nos afirma Giddens:

Tanto no seu temperamento político quanto em suas convicções sociológicas, Durkheim era um oponente do pensamento revolucionário. Evolução, não revolução, era o que criava o arcabouço de sua concepção de mudança social: ele freqüentemente enfatizou que mudanças significativas somente aconteciam por meio de acumulação de processos de desenvolvimento social de longo prazo. (GIDDENS, 1997, p.134).

No tocante às críticas dirigidas a Durkheim com relação a sua concepção de conflito, Giddens (1997) afirma que a sua recusa em ver no conflito de classe o fator determinante da transformação social não significava que ele o desconsiderasse. No seu entender, o problema social só seria solucionado, primeiramente, através da institucionalização do “individualismo moral” (regulador dos apetites individuais) e, só em seguida,

através de soluções econômicas. Afasta-se nesse ponto portanto da concepção marxista que via na luta de classes um fator determinante do conflito na sociedade capitalista.

Ambas as obras nas quais se centram esse artigo são fruto de uma mesma preocupação e problemática, qual seja, a passagem de uma velha ordem tradicional para uma nova ordem burguesa. Tal problemática foi desenvolvida por Durkheim através da análise da evolução da estrutura social em “Da Divisão do Trabalho Social” e das patologias daí advindas em “O suicídio”. Vale ressaltar que, embora constituintes de uma mesma problemática, obedecem a lógicas diferentes, sendo concebidas pelo autor como os aspectos positivo e negativo, respectivamente, da evolução social.

DA DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL

Nesta obra, Durkheim concebe como tema básico de sua análise a natureza da relação entre indivíduo e sociedade, medida segundo o grau de intensificação ou enfraquecimento da mesma. Por entender a solidariedade como fator determinante da vida em sociedade, Durkheim irá conceber a divisão do trabalho social para além de critérios estritamente econômicos (que viam naquela principalmente um fator de maior produtividade). Segundo ele, a divisão do trabalho é um fenômeno essencialmente social que pressupõe organização, cooperação e troca. Esta última compreendida como a própria solidariedade, o laço invisível que ligaria grupos e indivíduos em sociedade através de um princípio moral.

O autor estabelece numa sucessão temporal-evolutiva dois tipos de solidariedade: a **mecânica** e a **orgânica**. A partir do contínuo e inevitável desenvolvimento da divisão do trabalho, dá-se a passagem de uma para outra, marcando o período de transição onde ocorre o aumento do número de pessoas na sociedade (densidade material), e o desenvolvimento das

necessidades individuais e funções a elas correspondentes (densidade moral). Eis a lógica evolutiva do processo de desenvolvimento da divisão do trabalho: as formas fundamentais de solidariedade evoluem num sentido constante, tendendo a mecânica a ceder progressivamente lugar à orgânica.

A solidariedade mecânica, típica da ordem tradicional, caracteriza-se por: a) forte vinculação ao grupo estabelecida com base na fusão dos indivíduos no todo social; b) funções sociais divididas de acordo com critérios religiosos; c) semelhança e homogeneidade de comportamento e consciência; d) autoridade moral baseada na precariedade da individualidade e na disciplina repressiva.

A solidariedade orgânica, típica da sociedade moderna e entendida como o estágio mais avançado da evolução social, possui as seguintes características: a) indivíduo com maior autonomia tendendo a atribuir-se uma essência própria; b) funções sociais divididas de acordo com o mérito, trabalho e eficácia; c) pluralidade e diversificação de comportamento e consciência; d) vínculo do indivíduo com a *consciência coletiva* mediado pelos laços desenvolvidos com outros grupos.

Na “Divisão do Trabalho Social” o acirramento do conflito entre capital e trabalho não é visto pelo autor como fruto dessa divisão mas, ao contrário, da ausência de seu aprofundamento e regulamentação por meio da vigilância de autoridades que coordenem as tarefas e afastem, dessa forma, o conflito e o risco de anomia aí implicados.

Dito de outra forma:

Se a solidariedade orgânica deve acentuar a integração harmoniosa das diversas funções no corpo social, Durkheim acha que só as organizações profissionais [...] podem desempenhar esse papel e permitir ao indivíduo, momentaneamente isolado e desesperado, encontrar no grupo

equilíbrio e plenitude. [...] Se a sociedade define o “universo das regras”, é ao nível deste sistema de regulamentações que se pode desenvolver um sistema de valores. A miséria operária, o desemprego, as crises, a guerra não resultam da própria divisão do trabalho, mas da sua insuficiente aplicação (DUVIGNAUD, 1982).

A divisão do trabalho social entendida como fator positivo da evolução da sociedade, implica em reconhecer que o progresso inevitável poderia provocar crises momentâneas às quais se seguiriam esforços no sentido de se alcançar o equilíbrio social. Atribuindo, portanto, um sentido regulador à divisão do trabalho social, o autor colocou em evidência uma questão crucial: a divisão do trabalho não é em si a causa dos conflitos, mas antes a sua insuficiente ou incompleta utilização.

Portanto, o momento de transição por ele vivenciado será a causa da anomia social, conceito-chave de suas primeiras investigações por permitir captar e explicar o caráter amórfico da sociedade quando em momento de ruptura.

Durkheim opera com o conceito de anomia por considerá-lo capaz de expressar as conseqüências da ruptura de equilíbrio de uma sociedade. O momento em que ocorre o fenômeno da anomia na sociedade é aquele em que as ações individuais deixam de ser reguladas por normas claras e coercitivas; momento de crescimento da prosperidade e das necessidades, quando os desejos e apetites individuais são exaltados a ponto de não mais comportarem a velha ordem tradicional, que perde seu poder regulador cedendo lugar ao egoísmo individual.

É esclarecedora a contribuição dada por Giddens (1997) à discussão sobre os conceitos de egoísmo e individualismo moral na acepção durkheimiana. O conceito de egoísmo estaria ligado às necessidades

individuais, ao passo que o individualismo moral (cuja fonte imediata eram os ideais burgueses) remeteriam a uma atitude coletiva, sendo pois considerado pelo autor como o oposto do primeiro. Este último, estaria fundado no sentimento de compaixão em relação ao sofrimento humano, no desejo de igualdade e justiça nos parâmetros burgueses.

Portanto, conclui o autor, que o crescimento do individualismo moral - típico da sociedade moderna - não era intrinsecamente a causa da anomia para Durkheim, mas sim o crescimento do egoísmo que se manifesta transitoriamente no momento de quebra de equilíbrio social. Os apetites individuais cederiam lugar na sociedade moderna ao individualismo moral, o que evidencia no pensamento durkheimiano que, a solução para a anomia estava no avanço futuro da moralidade liberal do individualismo e não no retorno da rigidez coercitiva da velha ordem tradicional.

O SUICÍDIO

Embora não negasse que a questão do suicídio pudesse ser estudada a partir das motivações individuais ou psicológicas, Émile Durkheim, na obra “O Suicídio” (1897), propôs analisá-lo sob um outro prisma, investigando o conjunto dos suicídios cometidos numa certa sociedade num período de tempo. Seu objetivo era justamente o de demonstrar que o ato aparentemente individual do suicídio estava diretamente relacionado ao grau maior ou menor de coesão/integração do indivíduo à sociedade. O esforço empreendido pelo autor foi o de encontrar uma *unidade* entre os suicídios registrados e, a partir daí, explicá-los sociologicamente. Com isso, procurava afastar demais explicações de cunho psicológico/individual e centrar as explicações do suicídio nos desvios da própria sociedade.

Como se pode observar, a própria delimitação do suicídio enquanto objeto de estudo da sociologia já é, por si só, esclarecedora de um dilema que o autor se colocava a todo tempo e que é ainda hoje fundamental às Ciências Sociais de maneira geral, e à Sociologia em particular: o dilema indivíduo X sociedade.¹

As concepções de **sociedade de solidariedade mecânica** e de **sociedade de solidariedade orgânica** desenvolvidas por ele em sua obra anterior “Da Divisão do Trabalho Social” são aqui retomadas argumentando que no primeiro caso de solidariedade, o indivíduo se percebe como semelhante aos outros, parte indissociável de um todo no qual a afirmação da sua individualidade encontra pouco espaço para se desenvolver. No segundo caso, ou seja, na solidariedade orgânica, o indivíduo tende a atribuir-se uma essência própria e a sentir-se isolado do corpo social. Nesse sentido, o equilíbrio da personalidade – e a propensão maior ou menor ao suicídio - dependerá da intensidade dos laços entre o indivíduo e a sociedade: se sua adaptação à sociedade for forte demais poderá gerar um suicídio do tipo altruísta. Se for débil demais, um individualismo excessivo, um estado de suicídio egoísta.

Utilizando-se de métodos estatísticos aplicados à sociologia, estabeleceu uma tendência que afetaria todas as sociedades, a qual chamou de “taxa de mortalidade-suicídio própria da sociedade considerada”. Segundo o autor esses dados estatísticos seriam capazes de demonstrar a predisposição de cada sociedade de – sob certas circunstâncias – fornecer um número dado de suicídios. Nesse sentido, procurou traçar tendências tanto de curto prazo (parte do dia, meses e estações do ano), quanto de médio e longo prazos (anos e décadas), procurando demonstrar as “ondas de movimento” que caracterizavam a evolução do suicídio nos principais países europeus à época. O objetivo da obra “O Suicídio” é justamente de empreender um estudo dessa predisposição, dessa tendência.

Segundo Charles-Henry e Glesle (1996) a virtuosidade metodológica da análise estatística empreendida por Durkheim foi a sua capacidade de explicar um ato estritamente individual à luz das causas sociais que puderam provocá-lo. Ou seja, os motivos do suicídio remetem a forças que emanam da sociedade ou dos grupos a que os indivíduos pertencem e que os comandam sem que eles se dêem conta, no momento mesmo em que acreditam agir livremente.

A tese central da obra de Durkheim é de que o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais (religião, família, sociedade política) dos quais o indivíduo faz parte. Assim, por exemplo, notou que a baixa nas taxas médias de suicídio coincide com períodos de crise e revoluções, na medida em que nesses períodos há o envolvimento dos indivíduos em movimentos de cunho social mais amplo, o que faz diminuir as taxas de suicídio. Da mesma forma, argumenta que o fato das estatísticas indicarem um número menor de suicídio entre mulheres seria explicado pelo fato destas não participarem tão ativamente da vida coletiva quanto os homens. No que se refere à religião, os protestantes são os mais propensos ao suicídio, seguidos pelos católicos e por último pelos judeus: as diferenças nesses casos seriam devido às estruturas religiosas capazes de integrar os indivíduos.

Durkheim propõe três “tipos” de suicídio, delimitados justamente por essa proposição do grau de integração dos indivíduos à sociedade:

a) O Suicídio Egoísta: É aquele no qual “o ego individual se afirma demasiadamente face ao ego social e à custa desse último”. É uma situação na qual há uma individualização desmesurada e os laços que ligam o indivíduo à sociedade se desatam, nada restando senão a busca voluntária da morte.

É importante sublinhar que, colocado nesses termos, até no ato individual do suicídio haveria um pano de fundo social, na medida

em que o valor da vida humana só poderia ser encontrada – segundo o autor – na sociedade. Assim, na falta desse sentido para a vida, formariam-se “correntes de depressão e desencanto [...] que exprimem o estado de degeneração em que se encontra a sociedade.” (p.110).

b) O Suicídio Altruísta: Se no caso anterior o indivíduo se acha no direito de suicidar-se, nesse se vê obrigado a fazê-lo. Resulta de uma situação na qual “o pólo de conduta” do indivíduo encontra-se fora dele ou seja, nos grupos a que ele pertence.

Durkheim coloca nessa rubrica os casos dos mártires religiosos que “alienavam completamente a sua personalidade em favor do ideal a que serviam” e o caso do exército no qual é preferível a morte à humilhação da derrota.

c) O Suicídio Anômico: Em poucas palavras o conceito de anomia pode ser entendido como um desregramento fundamental das relações entre o indivíduo e a sociedade. Durkheim parte da concepção de um modelo ideal de feliz “integração” do indivíduo à sociedade, a partir da satisfação (e conformidade) das suas necessidades. Mas como o ser humano vive num estado perpétuo de descontentamento proveniente da busca constante de um fim inatingível, cabe à sociedade exercer uma pressão moral sobre o indivíduo a fim de fazê-lo conformar-se com sua situação. Dessa forma, “o estado de desregramento ou de anomia é, portanto, ainda reforçado pelo fato de as paixões estarem menos disciplinadas no momento em que teriam necessidade de uma disciplina mais forte”.

O suicídio anômico estaria relacionado a momentos de crise ou transformações (dolorosas ou favoráveis), nas quais a sociedade perderia essa capacidade de frear as atitudes humanas.

CONCLUSÃO

Cabe assinalar a decisiva contribuição da obra de Durkheim para as Ciências Sociais contemporâneas. De acordo com Duvignaud (1982), a inovação radical trazida por Durkheim reside no tratamento essencialmente sociológico que dispensa aos temas que lhe são tão caros como: solidariedade, anomia, divisão do trabalho, suicídio, entre outros.

Afirma o autor:

Não há, por assim dizer, nenhum sociólogo francês que não se ligue, de longe ou de perto, a Durkheim, mesmo para o criticar ou para se opor a sua influência [...] Ainda que as preocupações da investigação contemporânea nos afastem freqüentemente de Durkheim, vê-se depressa o que falta àqueles que não o freqüentam nunca ou mal (DUVIGNAUD, 1982, p. 45).

O pensamento de Durkheim está hoje mais presente do que nunca nas Ciências Sociais em virtude da quebra do paradigma ancorado em determinismos econômicos hegemônicos nos anos 70. Segundo nos afirma Fridman (1993), o fracasso do Socialismo Real e as crescentes dúvidas em torno do paradigma marxista e das “leis inexoráveis que conduzem a história humana” põem em evidência a atualidade da reflexão durkheimiana, que permite o resgate de conceitos até então considerados ultrapassados e insuficientes, tais como o conceito de **moral**, hoje tão necessário na tentativa de compreensão do quadro de anomia no qual nos encontramos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDON, R.; BOURRICAUD, F. “Anomia”, “Divisão do Trabalho”, “Durkheim”, “Suicídio”. In: **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993. p. 25-29, 167-172, 179-183 e 548-552.

CUIM, Charles-Henry e GRESLE, François. **História da Sociologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

DUVIGNAUD, Jean. **Durkheim**. Lisboa: Edições 70, 1982.

FRIDMAN, Luís Carlos (org.) **Émile Durkheim, Max Weber – Socialismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

GIDDENS, Antony. “Sociologia Política de Durkheim” e “Durkheim e a questão do individualismo”. In: **Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 103-147.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, José Albertino. **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1990.

NOTA

¹ Para além de qualquer crítica que se possa fazer com relação ao método, aos procedimentos de pesquisa ou aos conceitos utilizados por Durkheim, o limite mais claro de sua obra é a própria concepção de mundo colocada pelo positivismo na busca quase obsessiva pela ordenação das relações entre o indivíduo e a sociedade. Esse pressuposto da necessidade da ‘normatização’ atravessa a sua obra e afasta a possibilidade de incorporar o fator conflito à sua análise como sendo algo inerente ao próprio processo social. A função da Sociologia era justamente de ordenar e afastar o conflito (MARTINS, 1989).